

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Eliane Fioravante Garcez

Resumo: Com o presente artigo busca-se promover algumas reflexões sobre a relação existente entre a Sociedade da Informação (SI) e a escola de Educação básica, especificamente, a de Ensino Fundamental. Entende-se que o estabelecimento de uma política nacional de informação requer seja considerado o desenvolvimento de habilidades e competências que as pessoas precisarão adquirir para sobreviver no mundo globalizado. Neste sentido, deve haver preocupação/ação governamental para a formação de contingente numericamente expressivo de cientistas, e também de cidadãos com condições de acessar, entender e decifrar os conteúdos veiculados na *internet* e em outras mídias. Portanto, torna-se fundamental repensar sobre o papel da escola numa sociedade onde o uso estratégico da informação é sinal de competitividade. Mas, afinal, como está a pesquisa, o uso da biblioteca e da *internet* no ambiente escolar? Qual a relação existente entre desenvolvimento tecnológico e o ensino da pesquisa na escola? Considerando as dificuldades por que passam os países desenvolvidos da Europa no estabelecimento de suas políticas de informação, em função da interferência hegemônica norte-americana, busca-se pensar sobre a questão no território brasileiro, em função de sua singularidade territorial, econômica e educacional, por representarem um grande desafio para estabelecer as ações previstas no Programa SocInfo.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar - Escola Pública - Sociedade da Informação - Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Um aspecto incontestável quanto às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é o encurtamento de distâncias. Os acontecimentos que ocorrem em qualquer ponto do planeta são acompanhados, quando não imediatamente vividos, num curto espaço de tempo.

O ataque terrorista ocorrido em setembro de 2001 ao *World Trade Center*, a invasão norte-americana ao Iraque, as novas

descobertas sobre os planetas, as teleconferências, os *e-mails*, as bibliotecas virtuais, a educação à distância, a *internet* como caminho “livre”, para explorar todas as possibilidades de informação e as representações de diferentes tribos no espaço virtual, são exemplos do alcance das TIC e das novas possibilidades de comunicação e interação entre pessoas, governos e países.

Exposto desta maneira tem-se a impressão de que todos que os que integram a sociedade possuem iguais condições de acesso à informação. Que a consulta e/ou inclusão de conteúdos na *internet* é livre, basta apenas querer. Mas será que é isso mesmo?

Há várias discussões no ambiente acadêmico e científico sobre a questão do acesso. Mas afinal quem tem acesso às informações disponibilizadas na *internet*? Quais são os países com maior representação neste espaço? Quem tem explorado este ambiente e em quais conteúdos? Quais são os usuários e quais os gestores dos conteúdos veiculados na rede? As TIC têm contribuído para solucionar questões relacionadas ao uso de informações para fins sociais? As TIC têm contribuído para a melhoria da educação?

No caso específico do Brasil, ao constatar os índices do Governo relacionados à educação, é possível concluir que há muito que se fazer para colher os frutos anunciados no *Programa Sociedade da Informação (Programa SocInfo)*.

O fato é que o “acesso” ao ambiente virtual reflete o ambiente real no qual populações encontram-se inseridas. Portanto, nem todos têm acesso a “tudo”. O poder econômico continua sendo a porta de entrada para o privilegiado mundo do conhecimento. Logo, a garantia de acesso à educação deve ser vista como um caminho para vir a diminuir os números de excluídos aos bens produzidos pela sociedade, e de indivíduos que permanecem fora da escola.

No Brasil esta e outras preocupações relacionadas ao seu desenvolvimento estão registradas no *Livro Verde para a Sociedade da Informação*. Com ele é objetivo do Governo Federal.

impulsionar a Sociedade da Informação no Brasil em todos os seus aspectos: ampliação do acesso, meios de

conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico, desenvolvimentos de novas aplicações. Esta meta é um desafio para o Governo e para a sociedade. (TAKAHASHI, 2000, p. v).

Mas o que se tem visto em nível mundial nos tem incomodado. Países desenvolvidos da Europa, em pleno século XXI, encontram-se reféns do monopólio norte-americano, que os obrigam a conviver com uma instabilidade social interna em função da falta de regulação de programas de informações.

Esta carência, por parte dos Governos, tem favorecido o crescimento, e até, certo domínio, desse mercado pelas empresas privadas, produzindo uma lacuna no que diz respeito à exigência de um perfil mais ativo da população na Sociedade da Informação (SI).

Este perfil ativo diz respeito, também, à sua condição de produtora de conteúdos no espaço virtual e ao desenvolvimento em C & T.

Logo, a preocupação apontada por Maciel (2005) relacionada ao futuro das novas gerações é pertinente e nos remete ao ambiente escolar.

A educação científica tem, pelo menos, dois objetivos, trata-se da formação de novas gerações de cidadãos que tenham [...] conhecimento científico básico suficiente [...] e também estimular e preparar o surgimento de novas levas de pesquisadores aptos a ampliar a autonomia do país em produção de ciência e tecnologia. (MACIEL, 2005, p. 113).

É ainda, no ambiente escolar que futuras gerações terão a possibilidade de desenvolver habilidades e competências para o uso da informação *com qualidade*, imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal, profissional e do país.

São estes aspectos que se pretende abordar neste artigo, pois remetem ao estabelecimento de uma relação de poder entre os que

produzem e os que “consomem” informações apresentadas na atual SI, em suporte de alta tecnologia de comunicação eletrônica, a *Internet*.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (SI): PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS

SI é termo atribuído à atual sociedade que vem se constituindo ou se formando em função das TIC, que visa armazenar e transmitir dados e informações a “baixo custo”.

A incorporação da utilização dessas novas tecnologias pela sociedade resultará em inovações organizacionais, comerciais, sociais e jurídicas que alterarão profundamente o modo de vida tanto no mundo do trabalho como na sociedade em geral. (ASSMANN, 2000).

No Brasil, em 1996, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), iniciou estudo sobre a inclusão do Brasil na SI. Em 1999 do Governo apresentou, ao país, o *Programa Sociedade da Informação (SocInfo)*.

O Programa SocInfo faz parte de um projeto estratégico que busca implantar e integrar, através do uso das tecnologias de computação, comunicação e informação o desenvolvimento econômico, e *impulsionar o desenvolvimento das áreas de pesquisa e da educação*, fundamentais para tornar o país competitivo no mercado mundial. (MIRANDA, 2000).

Para que o Programa obtenha sucesso torna-se necessário compreendê-lo sob dois aspectos: a)- criação de uma forte estrutura de telecomunicação, *softwares, hardwares*, favorecendo as áreas sociais como: *escolas, hospitais, governo, indústria, comércio, etc*; b)- definição, quanto aos conteúdos, do *quê, como, quando, por quem e para quem* colocar informação na rede.

No ambiente europeu estes aspectos definiram o surgimento de dois grupos que integram profissionais, técnicos e pesquisadores. O primeiro relacionado à infra-estrutura e o segundo aos conteúdos. Naquele contexto há duas direções de programas e trabalhos. Uma trata da infra-estrutura e conta com maior empenho do Governo (maiores orçamentos, equipes e poder); outra se dedica às questões socioculturais ligados à informação, ou seja, aos conteúdos. Este último com menor visibilidade política conta com menores orçamentos, recursos e implementações. (AUN, 1999).

Pode-se afirmar que no Brasil há situação semelhante, exceção à identificação quanto à instituição formal desses grupos de interesses.

2.1 Conteúdos: barreiras e possibilidades

Conteúdos são todas as informações disponibilizadas na *internet* em forma de produtos e serviços.

De acordo com Miranda (2000, p. 81, grifo nosso) “o fantástico da *internet* é o de permitir que “qualquer usuário, em caráter individual ou institucional, possa vir a ser *produtor*, *intermediário* e *usuário* de conteúdos.”

No entanto, o domínio dos conteúdos em língua inglesa, veiculados na *internet*, limita o acesso da maioria das populações às informações disponibilizadas no meio eletrônico. É neste momento que a *internet* mostra a sua face excludente.

Embora essa barreira seja justificável pelo fato de que as novas tecnologias são criadas nos países de origem anglo-saxã, nos quais se inserem os Estados Unidos, terminam submetendo os que conseguem “navegar” neste ambiente, transformando-os em simples consumidores da cultura norte-americana.

A legitimidade da língua inglesa é outro problema a ser enfrentado por várias nações, pois faz com que as pessoas, potencialmente, dêem preferência a tudo que seja *made in USA*. Esta legitimidade deve ser entendida como sendo causa e resultado da

uma relação de poder estabelecida mundialmente entre os que dominam e os que são dominados. (ORTIZ, 2000).

No entender de Miranda (2000, p. 81) “a internet é dominada pelos conteúdos dos países desenvolvidos” o que fortalece a condição de consumidor que o Brasil possui, mesmo adentrando na SI com a implantação do Programa SocInfo.

Para Védrine citado por Nye Jr. (2002).

Os Estados Unidos são um peixe enorme que nada com facilidade e domina, soberano, as águas da globalização. Nelas, os americanos colhem grandes benefícios: por suas dimensões geográficas; porque *a globalização ocorre em seu idioma*; porque ela se organiza com base em princípios econômicos neoliberais; [...] e porque são os advogados do individualismo. (VÉDRINE citado por NYE JR., 2002, p. 137, grifo nosso).

Por outro lado, Maciel (2005, p. 108) entende que “[...] a fonte principal do poder talvez não seja mais [...] definida pela posição social baseada no poder econômico [...] e sim, justamente pelo saber.” Entretanto, o poder exercido através do saber está estreitamente relacionado ao poder econômico, e é por isto que os norte-americanos têm definido as regras do jogo na sociedade globalizada. Talvez, esteja aí sedimentada a razão da não-facilitação a todos quanto ao acesso ilimitado às informações, e até certo ponto, o mesmo acontece com às informações disponibilizadas nos tradicionais suportes informacionais. Por este motivo há diferença enorme, quantos aos seus efeitos, entre o *não-acesso*, o *simples acesso* e o *acesso com qualidade* às informações veiculadas na *internet*, principalmente para às populações dos países desfavorecidos economicamente.

Os diretamente envolvidos com a produção e divulgação de ciência e tecnologia no Brasil, de forma pensada ou não, contribuem para que o acesso ao conhecimento estabeleça uma relação de poder entre produtores e consumidores locais.

Fruto da utilização de recursos públicos, este conhecimento não deveria ser compartilhado, na sociedade, de forma mais ampla?

Assim, o país passa a ser brutalmente desfavorecido por limitações econômicas globais e por disputas internas, restringindo o acesso da população aos bens e às informações produzidas no próprio país. Se, é pela via da educação que nasce a possibilidade de minimizar as diferenças sociais, então, o Brasil vêm sendo duplamente penalizado, quer pelas dificuldades enfrentadas no meio científico, quer pelos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)¹, realizado em 2003.

Nesta avaliação, ao somar os índices dos estágios crítico e muito crítico dos alunos de 4ª série para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática os percentuais são, respectivamente, de 55,4% e 51,6%. Isso revela que os níveis para a proficiência nessas disciplinas são baixos. Para os alunos de 8ª série é possível verificar melhora de desempenho na disciplina de Língua Portuguesa com 26,8%, mas se agrava em matemática, com 57,1%. Quanto ao 3ª série do Ensino Médio estes índices são de 38,7% e 68,8%. (SANTOS, 2006).

Em série histórica, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresenta avaliação da Educação Básica no Brasil de 1995 a 2005. São cinco Saeb's (1995, 1997, 1999, 2003 e 2005). Neste documento é possível observar através do Gráfico 1 (Proficiência em Língua Portuguesa) e do Gráfico 2 (Proficiência em Matemática) que tanto os alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio apresentam queda de desempenho. (BRASIL, 2007).

Este quadro é grave e requer muita atenção, pois afeta perspectivas sociais, políticas e econômicas de pessoas, instituições e do país.

¹ Implantado em 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e conta com a participação e o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação das 27 Unidades da Federação.

De acordo com Maciel (2005, p. 109) o acesso às informações é gerador de mudanças. “A capacidade dos indivíduos e grupos organizarem-se visando as conquistas sociais e uma (re) distribuição do poder depende em grande parte de seu grau de informação (no sentido lato) e de instrução, isto é, da distribuição do saber.”

Neste sentido, qual é a responsabilidade do Governo, da escola e dos profissionais que atuam nela, e fora dela, uma vez que a socialização do saber deve ser facilitada pela escola e por todos os atores que integram o meio social?

O aparelhamento da escola pública com bibliotecas e laboratórios quantitativamente adequados e qualitativamente eficazes e com profissionais capacitados, e em número suficiente, para trabalhar os conteúdos escolares é tão necessário quanto à existência de métodos e metodologias de ensino à pesquisa.

Para pesquisar é fundamental leitura e interpretação, que aliadas à existência de diversidade de fontes servirão de caminho aos que precisam se inserir na SI, cujas transformações operam num futuro cada vez mais próximo.

2.2 Acesso aos conteúdos e sua relação com o uso estratégico da informação no ambiente escolar

No entender de Maciel (2005) o Brasil carece de uma forte política nacional de informação:

No caso brasileiro [...] falta uma política nacional consistente de longo prazo que tenha o objetivo de disseminar na sociedade o entendimento do mundo em que vivemos, de despertar novos talentos científicos e de incentivar a descoberta de novos mundos - sob todos os aspectos. (MACIEL, 2005, p. 110).

Logo, há necessidade do país se preocupar com a *formação de novos profissionais* para a produção e transmissão de novos

saberes, além de mudanças indispensáveis e urgentes no Ensino Fundamental. (MACIEL, 2005).

Isto inclui a formação dos atuais e futuros professores de escolas públicas, o que de certa maneira refletirá no ambiente acadêmico, nos cursos de pós-graduação e na formação de novos cientistas. Os cientistas precisarão encontrar meios para a superação das dificuldades para socializar sua produção nos canais de comunicação, formal e informal, fazendo as devidas adequações de linguagem, como sinal de respeito e de compromisso com os diferentes públicos que compõem a sociedade brasileira. O retorno do recurso público investido em pesquisa deve ser traduzido pela vontade dos pesquisadores, governos e profissionais dos meios de comunicação em (in) formar a sociedade, dando-lhe instrumentos para entender e enfrentar desafios futuros.

O Governo precisa estar atento para a necessidade de capacitar cidadãos para que saibam acessar, analisar e selecionar conteúdos e serem capazes de produzir novos conhecimentos ou mesmo para resolverem seus problemas cotidianos. O mesmo deve ser estendido aos responsáveis pelo tratamento e organização dos conteúdos. Esta questão precisa ser pensada, pois é a partir dela, também, que estará sendo definida a capacidade de desenvolvimento e de sobrevivência do país na sociedade global.

Enquanto os países ricos investirem em educação, estarão garantindo a manutenção de sua supremacia, forçando os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos em direção ao empobrecimento, numa velocidade cada vez maior. (AUN, 1999).

Outra alternativa que facilitará o acesso da população à ciência é o de adequar os textos disponibilizados no meio eletrônico, numa linguagem de mais fácil entendimento. Embora pareça utopia é uma idéia que pode vir a ser amadurecida.

Os conteúdos produzidos no Brasil requerem tratamento adequado que garanta sua disponibilidade e acessibilidade, portanto é primordial universalizar o ensino formal e educação continuada, investir em treinamento à população para que esta possa fazer uso

das novas tecnologias, pré-requisitos para a promoção social, geração de empregos qualificados e melhoria da qualidade de vida.

Para isso, está implícito que os conteúdos produzidos no exterior devem ser explorados e compreendidos para que os usuários os utilizem para capacitar-se, atualizar-se, solucionar problemas e entreter, representando um caminho que permite o compartilhamento do saber universal. (MIRANDA, 2000).

2.3 A *internet* na escola

De início, pode-se perguntar: Como está o uso da *internet* na escola? O uso desta tecnologia tem ajudado os alunos no desempenho escolar e pessoal?

A partir de uma observação assistemática, pode-se dizer que na escola, os adolescentes que têm acesso às informações veiculadas na *internet* preferem utilizar este recurso para acessar *e-mails*, *blogs*, *orkut*, *MSN* e outros *sites* e não, preferencialmente, para fins de pesquisa escolar.

Então, a questão colocada é o quanto esta tecnologia ou ferramenta tem colaborado no desempenho escolar dos alunos? Os *sites* utilizados pelos alunos para a realização de suas pesquisas escolares são confiáveis? Como se dá a realização destes trabalhos? Os trabalhos apresentados aos professores têm sido resultados da impressão de partes de textos disponibilizados na *internet*?

Parece que não chegamos a aprender a utilizar as informações disponibilizadas nas tradicionais fontes de informação e estamos manuseando informações de fontes virtuais sem termos recebido orientação suficiente para ler, refletir e apresentar trabalhos não-copiados. Então, registra-se que, aparentemente, este estado de coisas tem prejudicado atuais alunos; futuros profissionais.

Os professores necessitam de capacitação para trabalhar a pesquisa no ambiente escolar. Durante muito tempo a *Revista Ciência Hoje para as Crianças*, encaminhada às escolas pelo Instituto Ciência Hoje, permaneceu trancada nos armários das

escolas, porque os professores não sabiam como explorar este material nas suas aulas. Tal diagnóstico colaborou para que o Instituto aprovasse o Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação, cujo objetivo é capacitar professores para o uso, especificamente, dessa revista em sala de aula. (MACIEL, 2005). Um aspecto já mencionado anteriormente, mas que aqui se torna pertinente é quanto a dificuldade dos cientistas em adequarem o vocabulário específico da sua área, a outros meios de comunicação que não o acadêmico e o científico. (SOARES, 2001).

O termo “alfabetização científica” é utilizado por Maciel (2005, p. 115) ao expressar preocupação com a qualidade de uso da *internet* num ambiente repleto de analfabetos funcionais. Ao relacionar os percentuais do Saeb registrados no item 2.1, à preocupação externada pelo autor, percebe-se o quanto esta situação é inquietante. A mesma inquietação diz respeito ao uso indiscriminado do livro didático e a subutilização dos acervos das bibliotecas escolares encaminhados pelo Governo Federal através do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)².

Ora, até quando a escola resistirá a esta situação? Quando a escola aplicará e desenvolverá técnicas pedagógicas para o ensino da pesquisa no ambiente escolar?

Além da implantação de uma sólida plataforma de telecomunicações no país, o Programa SocInfo, necessita da instalação e adequação de *infra-estrutura de escolas, bibliotecas e laboratórios*, as quais viabilizarão a *formação e a qualificação de pessoas* para lidar com as tecnologias, tornando-as produtoras, intermediárias e usuárias de conteúdos veiculados na *internet*. (MIRANDA, 2000).

Governo Federal tem como meta disponibilizar acesso à *internet* e outros serviços de inclusão digital às comunidades

² O PNBE foi instituído em 1997 e tem como objetivo incentivar a leitura e formação crítica de alunos, professores e da comunidade escolar. De acordo com o quantitativo de alunos, são distribuídos às bibliotecas de escolas públicas, livros de literatura e de referência, periódicos e material didático.

excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores. Através do Programa GESAC - Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão

serão beneficiadas prioritariamente comunidades que apresentem baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e que estejam em regiões onde as redes de telecomunicações tradicionais não oferecem acesso local à internet em banda larga. (BRASIL, 2007).

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em 2003, somente 8% da população brasileira tinha acesso à *internet*. Com o GESAC a perspectiva é atender por volta de 6,4 milhões de pessoas. A conexão, estabelecida por satélite, facilitará o acesso de brasileiros de regiões mais longínquas do país às informações disponibilizadas na *internet*.

Percebe-se que a ênfase é, ainda, relacionada à infra-estrutura, mas para que prospere, o Programa SocInfo se depara com a urgência de investimentos em educação.

O país precisa possuir contingente numericamente expressivo de cientistas, pensadores e até de cidadãos com condições de consumir, entender e decifrar os conteúdos, veiculados na *internet* e em outras mídias, caso contrário o Programa enfrentará situação de fragilidade.

Então, pode-se, de imediato, minimizar este quadro ensinando na escola como buscar informação, selecionar, e fazer uso dela com a finalidade de produzir conhecimento. Enquanto a *internet* não chega a todas as escolas brasileiras, as tradicionais fontes de informação que se encontram na escola podem representar um começo e um avanço para a formação das competências necessárias para o uso qualitativo das informações. E quando a *internet* chegar, os alunos estarão mais preparados para lidar com os conteúdos disponíveis nessa nova ferramenta.

2.4 A pesquisa na escola

A realização da pesquisa no ambiente escolar, de forma competente, torna-se fundamental na atual SI. A *internet* não chegou, ainda, em todas as unidades escolares brasileiras, assim como também não chegaram as bibliotecas com seus acervos tradicionais. Portanto, pulou-se uma etapa muito importante que é o uso da biblioteca composta por materiais impressos, oferecendo a possibilidade de uso de diferentes suportes informacionais, acompanhada de orientações de utilização dos mesmos e a produção de trabalhos diferenciados. Então, mesmo com todas as informações disponibilizadas na *internet*, os alunos, não sabem fazer pesquisa diferente da mera cópia, e agora no atualizado recorta-e-cola, que os processadores eletrônicos de textos tornou possível.

Os educadores têm diagnosticado esta situação e, com raras exceções, têm feito pouca relação dela com a falta de orientação e o uso qualitativo da biblioteca. Felizmente, os poucos bibliotecários que atuam no ambiente escolar vêm desenvolvendo pesquisas, aplicando projetos e se propondo a ajudar a minimizar este quadro. É o caso de Faqueti; Rados (2002), Moro, Sabbadini; Estabel (2004), Martins (2005), Garcez (2006), dentre outros.

Para que isso ocorra é necessário que haja integração e cumplicidade entre professores, bibliotecários e demais profissionais vinculados às atividades educacionais. Os profissionais precisam se ajudar para encontrar alternativas para que os alunos possam desenvolver habilidades de uso da informação, não importando aqui o suporte em que se encontra a informação/conteúdo.

Para que os resultados aconteçam é imprescindível o apoio material e político dos Governos (federal, estaduais e municipais) e o empenho dos diretores de escolas e demais integrantes das comunidades escolares. É possível que este seja o início de um longo caminho para que as competências, a serem desenvolvidas pelos atuais alunos, futuros profissionais, para recuperar e fazer uso da informação com qualidade na atual SI, sejam consolidadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É estratégico para qualquer país produzir os avanços tecnológicos no melhor nível de atualização existente e se esforçar para introduzir e socializar as facilidades das TIC mais atuais no ambiente social. Mas tão importante quanto infra-estrutura, equipamentos, programas, e conteúdos, são as formas de acesso e o que se faz com a informação “adquirida” neste ambiente.

É necessário capacitar pessoas para o acesso qualitativo dos conteúdos, caso contrário, a *internet* chegará às escolas e, tanto, alunos quanto professores, irão subutilizar este recurso como já acontece com os acervos das bibliotecas escolares. Se não houver esta preocupação as tecnologias servirão para a utilização de *e-mails*, *blogs*, *MSN*, *orkut*.

Os *sites* mais visitados têm revelado que o uso da *internet* na escola pode tomar outro rumo, desperdiçando o potencial de nossos jovens, transformando-os em meros consumidores de “tudo” que é “vendido” pela *internet*.

Num primeiro momento a preocupação com os suportes é compreensível, mas percebe-se que as implicações relacionadas à qualidade da inserção, recuperação e produção do conhecimento baseadas nos conteúdos devam ser previstas como condição para transformar nosso cotidiano, e estimular a produção de novos produtos e informações.

O Governo, em estados democráticos, tem compromisso com as futuras gerações e se fortalece quando articula, convenientemente, políticas públicas para orientar as suas ações.

Parece óbvia a discussão aqui apresentada, mas os resultados do Saeb (SANTOS, 2006) e Brasil (2007) mostram, sem floreio, a realidade educacional do país sentida e vista de perto pelos profissionais que atuam na escola.

No contexto europeu há países com redes de informação e de comunicação, mas neles também se constata a dificuldade de seus

governos em estabelecer políticas e prioridades, talvez isso seja devido ao gigantismo que a situação apresenta.

Se outros países se deparam com este problema, os desafios que o Brasil terá que enfrentar para se inserir na SI não serão poucos, haja vista a peculiaridade geográfica, a desfavorável situação econômica e o nível educacional de seu povo.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ci. Inf.** v. 29, n. 2, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200002>. Acesso em: 14 maio 2007.

AUN, Marta Pinheiro. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os estados nacionais e blocos regionais. **Ci. Inf.**, v. 28, n. 2, maio/ago. 1999. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/276/244>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Saeb – 2005 primeiros resultados:** médias de desempenho do Saeb 2005 em perspectiva comparada. 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/salas/download/prova_brasil/Resultados/Saeb_resultados95_05_UF.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2008.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **O que é o Programa GESAC?**

Disponível em:

<http://www.idbrasil.gov.br/menu_interno/docs_prog_gesac/institucional/oqueegesac.html>. Acesso em: 15 maio 2007.

FAQUETI, Marouva. Fallgater; RADOS, Gregório Varvakis. A vivência da pesquisa escolar na construção do conhecimento: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002,

Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Associação dos Bibliotecários do Ceará, 2002. 1 CD-ROM.

GARCEZ, Eliane Fioravante. F. Orientação à pesquisa escolar aos alunos de 5ª série de escola pública estadual: relato de experiência.

ACB: Bibliotecon. SC., Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 205-220, jan./jul. 2006. Disponível em:

<<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=170&layout=abstract>>. Acesso em: 4 jun. 2007.

MACIEL, Maria Lucia. Estímulos e desestímulos à divulgação do conhecimento científico. In: BAUMGARTEN, M. (Org).

Conhecimentos e redes: sociedade, política e inovação. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p. 107-116.

MARTINS, Cláudia Araújo. A pesquisa escolar como precursora da pesquisa científica em saúde: a responsabilidade da biblioteca universitária em Suprir Defasagens e Desenvolver Habilidades Informacionais.. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 2005., Curitiba. **Anais...** Curitiba: FEBAB: Associação Bibliotecária do Paraná, 2005. 1 CD-ROM.

MIRANDA, Antonio. A sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, v. 29, n. 2, maio/ago. 2000. Disponível em: <www.ibict.br/cionline/>. Acesso em: 8 mar. 2007.

MORO, Eliane L. da Silva.; SABBADINI, Fabiane; ESTABEL, Lizandra Brasil. A integração dos atores - alunos, educadores e bibliotecários - na realização da pesquisa escolar através da utilização das tecnologias de informação e de comunicação. In: **SEMINÁRIO NACIONAL BIBLIOTECA ESCOLAR ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA**, 3, 2004., Belo Horizonte, Disponível em: <www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/304.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2007.

NYE JR, Joseph S. **O paradoxo do poder americano:** por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: UNESP, 2002.

ORTIZ, Renato. Legitimidade e estilos de vida. In: **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000. cap. 6. p. 182-215.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Letramento em química, educação planetária e inclusão social. **Quim. Nova**, v. 29, n. 3, p. 611-620, 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/qn/v29n3/29295.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2008.

SOARES, Magda. Para quem pesquisamos? Para quem escrevemos? In: MOREIRA, A. F. et al. (Org.). **Para quem pesquisamos para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa história, 88).

TAKAHASHI, Tadao. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: Livro verde**. Brasília: MCT, 2000. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4795.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2007.

INFORMATION SOCIETY AND SCHOOL: CONTRIBUTION OF SCHOOL LIBRARIES

Abstract: *The present article seeks to promote some reflections about the existing relation between the Information Society (IS) and the schools of Basic Education. The establishment of a national politics of information must consider the development of abilities and competences that people need to acquire in order to survive in a globalised world. In this sense, it would be necessary a governmental action in order to develop citizens with conditions of access, understand and decode the contents on the Internet and in other medias as well. Therefore, it becomes fundamental to rethink about the role of the schools in a society where the strategic use of the information is a sign of competitiveness. But, after all, how are the research and the use of the library and the Internet in the school environment? Which are the existing relations between technological development and the teaching of the research in the school? Considering the difficulties that the developed countries in Europe are having at the moment to establish their information politics in function of the American hegemonic interference, we seek to investigate the question in the Brazilian territory, in function of its geographical,*

economic and educational singularities, representing a great challenge to establish the predicted actions in the Program SocInfo.

Keywords: *School Library - Public School - Information Society - Brazil.*

Eliane Fioravante Garcez - CRB-14/238 - ACB/301

Especialista em Gestão da Informação (UFSC)

Especialista em Gestão de Bibliotecas (UDESC)

Mestranda do Programa de Mestrado em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC)

Coordenadora do Grupo de Bibliotecários da Área Escolar de Santa Catarina (GBAE/SC)

Bibliotecária no Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP)

Contato: e-mail:efgarcez@ig.com.br

Artigo:

Recebido em: 15/09/2008

Aceito em: 10/02/2009